

Aviso de
CONTRATAÇÃO DIRETA
072/2024

CONTRATANTE (987481 - UASG)

MUNICIPIO DE CAMPO LARGO/PR
Nº DA COMPRA – 90072

PROCESSO ADMINISTRATIVO
47.903/24

OBJETO

AQUISIÇÃO DE 150 PACOTES CONTENDO 08 ROLOS CADA PACOTE DE PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL (rolão) de 300 METROS, MEDINDO 10CMX300M FOLHA SIMPLES, MATERIAL HIDROSSOLÚVEL (SOLÚVEL NA ÁGUA), 100% FIBRA VIRGEM.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.760,00 (Cinco mil, setecentos e sessenta reais)

DATA DA SESSÃO

De 16/08/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h30 até 14h30

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO por item

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
EXCLUSIVO**

PRIORIDADE LOCAL/REGIONAL

SIM

Sumário

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2.	PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	3
3.	INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
4.	FASE DE LANCES	7
5.	JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
6.	HABILITAÇÃO	10
7.	CONTRATAÇÃO	11
8.	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	11
9.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	13



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 072

(Processo Administrativo n.º 47.903/24)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO**, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, para contratação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do [art. 75, inciso II](#), nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Decreto Municipal nº 316, de 11 de outubro de 2023](#), da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#) e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 16/08/2024

Horário da Fase de Lances: 08h30m às 14h30m

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **AQUISIÇÃO DE 150 PACOTES CONTENDO 08 ROLOS CADA PACOTE DE PAPEL HIGIÊNICO INSITITUCIONAL (rolão) de 300 METROS, MEDINDO 10CMX300M FOLHA SIMPLES, MATERIAL HIDROSSOLÚVEL (SOLÚVEL NA ÁGUA), 100% FIBRA VIRGEM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

2.1.1. O procedimento será divulgado no site da Prefeitura de Campo Largo – <https://campolargo.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes> e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.2.3. Aplica-se ainda aos itens abrangidos pelo item 2.2. supra o contido no § 6º do artigo 31 da Lei Complementar Municipal nº 2.217/2010, alterado pela Lei Complementar Municipal nº 3.036/2019, concedendo prioridade de contratação para empresas sediadas localmente (no âmbito do Município de Campo Largo) ou, de forma sucessiva, prioridade de contratação regional¹.

2.2.4. Justifica-se a preferência de contratação por empresas **LOCAIS/REGIONAIS**, primeiramente pela quantidade empresas estabelecidas dentro do perímetro regional do Município de Campo Largo que comercializam os produtos/serviços objeto da licitação e pelo interesse na promoção e desenvolvimento econômico e social na região

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1 Empresas sediadas regionalmente são aquelas sediadas na Microrregião 10 (Microrregião de Curitiba) de acordo com classificação do IBGE (Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais e Tunas do Paraná – disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N6/IN%20N9%2041037>).

- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.3.5. *Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.3.6. *Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.*

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. *O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. A contratação será *por lote único*, conforme tabela constante abaixo. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL (ROLÃO) DE 300METROS, NEUTRO, MACIO, BRANCO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO MEDINDO: 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES. MATERIAL HIDROSSOLÚVEL (SOLÚVEL NA ÁGUA), 100% FIBRA VIRGEM, PACOTE COM 8 ROLOS. PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 15464-9/2010 E NBR 15134/2007. NÃO PODERÁ ESFARELAR DURANTE O USO, NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORESAGRADÁVEL (NÃO CARACTERÍSTICO).	PACOTE COM 8 ROLOS	150	R\$ 38,40	R\$ 5.760,00

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.10.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.10.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
- 3.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.11. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.13. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).*
- 3.13.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*
- 3.13.1.1. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*
- 3.13.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*
- 3.13.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
- 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.3.1. Nos lotes destinados exclusivamente para ME e EPP, não sendo a arrematante microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente, haverá prioridade na contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte local com a melhor proposta com limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

5.3.2. Em não havendo licitante local que se enquadre no descrito no item 2.2.3., a preferência será sucessivamente concedida a empresa microempresa ou empresa de pequeno porte sediada regionalmente, nos mesmos parâmetros.

- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da

Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1.SICAF;

5.4.2.Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3.Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2.O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3.Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1.contiver vícios insanáveis;

5.8.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3.apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4.não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos do item nº 8.3 à 8.10 do Termo de Referência + ANEXOS III à VI**, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do email licitacao@campolargo.pr.gov.br, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 01(um) dias útil, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 88.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Havendo divergências no descritivo informado, quantidade e valores entre a Plataforma e o Edital, **SEMPRE PREVALECERÁ O EDITAL**.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1. *ANEXO I – Termo de Referência*
 - 9.13.1.1. *ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar*
 - 9.13.1.2. *ANEXO III – Declaração de Fato Impeditivo*
 - 9.13.1.3. *ANEXO IV – Declaração de Não Emprega Menor*
 - 9.13.1.4. *ANEXO V – Declaração de ME / EPP*
 - 9.13.1.5. *ANEXO VI – Declaração de Inexistência de Serviço Público*

Campo Largo, 12 de agosto de 2024.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação para aquisição de papel higiênico institucional rolo de 300 metros, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Centro Administrativo, exceto Secretaria de Educação, Saúde e projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

1.1.

Item	Produto	Unidade	Quant.	Valor
01	PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL(ROLÃO) DE 300 METROS, NEUTRO, MACIO, BRANCO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO MEDINDO: 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES. MATERIAL HIDROSSOLÚVEL (SOLÚVEL NA ÁGUA), 100% FIBRA VIRGEM, PACOTE COM 8 ROLOS. PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 15464-9/2010 E NBR 15134/2007. NÃO PODERÁ ESFARELAR DURANTE O USO, NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR DESAGRADÁVEL (NÃO CARACTERÍSTICO).	Pacote C/8	150	R\$ 5.760,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é para os meses restantes do ano 2024 (agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro/25) para suprir a demanda do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 03 meses

1.3.1. Se faz necessário a compra do produto por este período e também devido a demora das contratações públicas por registro de preço, item zerado no estoque.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição se justifica devido as obrigações desta secretaria estarem ligadas ao bom funcionamento dos serviços públicos e à promoção da saúde pública.

2.2. A prioridade para aquisição de material de consumo é sempre por meio de demanda e estoque disposto em Almoxarifado. No entanto, como o item tratado neste processo não consta disponível nesta Unidade, sua aquisição se dará pelo procedimento de Registro de Dispensa de Licitação, com observância aos termos na nova Lei de Licitações;

2.3. Plano de Contratações Anual, não foi elaborado para o exercício de 2024, tendo em vista que o Decreto que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no Município de Campo Largo, foi publicado em dezembro de 2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

O papel higiênico deve ter a suavidade de um produto com qualidade reconhecida, 100% celulose de fibra virgem, neutro, macio, branco, absorvente e homogêneo, folha simples, de alta qualidade, deverá vir embalado em pacote plástico transparente com oito rolos de 300 metros cada, com as devidas especificações: nome do produto e quantidade, marca, fabricante, validade. A sua metragem de 300 metros é ideal para espaços com grande volume de pessoas. No setor de limpeza pública é um produto essencial para garantir a saúde e o bem estar dos funcionários e da população, o cumprimento das normas de segurança e higiene no trabalho, a preservação do patrimônio público e a promoção de um ambiente agradável.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Indicação de marcas ou modelos

- 4.1. Na presente contratação será admitida a indicação das características de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e descrição do produto a ser comprado.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

- 4.2. Não há vedação de marcas

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.3. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

- 4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços deve começar imediatamente após a assinatura do contrato;

5.1.2. A cada entrega, serão conferidos os produtos, verificando-se especialmente as datas de validade registradas nas embalagens e a inviolabilidade dos lacres dos pacotes;

5.1.3. Os produtos a serem entregues deverão apresentar no rótulo/embalagem original do fabricante, lote, descrição do material e data de validade.

5.1.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto;

5.1.5. A descarga dos bens, materiais e acomodação dos mesmos no Almoxarifado do órgão deverá ser feita por funcionários da empresa contratada ou transportadora, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho orientados durante a entrega dos materiais por um funcionário do Almoxarifado do órgão.

5.1.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.1.8. Todos os bens, materiais solicitados pela CONTRATANTE serão encaminhados à CONTRATADA através de empenho, por meio eletrônico, no qual a contratada deverá obrigatoriamente manter atualizado seus dados para correspondência (e-mail, telefone, endereço) e também realizar a confirmação do recebimento do empenho. Lembrando que o prazo de entrega de produtos é de até 15 (quinze) dias após o fornecedor receber o empenho; E-mail para recebimento de EMPENHO: A empresa deverá fornecer em sua documentação o e-mail oficial para recebimento dos empenhos. Dessa maneira, a empresa se responsabilizará em manter esse e-mail ativo durante toda a vigência dessa licitação.

5.1.9. As mercadorias somente serão aceitas se estiverem em pleno acordo com o descritivo do produto, marca e com a quantidade solicitada, conforme a descrição do EDITAL;

5.1.10. Empenho ORDINÁRIO é entrega única, total, por isso não será aceito entrega parcial. O atraso gerará NOTIFICAÇÃO e, persistindo tal situação, fica a empresa sujeita a responder em processo administrativo;

5.1.11. Empenho Estimativo ou Global: Deve o fornecedor atender ao cronograma de entrega estipulado pelo solicitante. Não caso de descumprimento de entrega, a empresa fica sujeita a receber NOTIFICAÇÃO e, persistindo tal situação, fica a empresa sujeita a responder em processo administrativo;

5.1.12. Sobre o fornecedor alegar esperar juntar pedido de todas as secretarias ou se negar a entregar pelo fato do pedido lhe parecer pouco para realizar as entregas: Cada secretaria faz suas aquisições conforme a necessidade de suprir o seu estoque, sendo independentes umas das outras.

5.1.13. Os bens materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos, substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, independente do prazo em que foram entregues os produtos.

Local e horário da prestação dos serviços ou entrega dos produtos.

5.2. Os produtos deverão serem entregues no seguinte endereço:

Av. Padre Natal Pigatto, 925 cep 83601-630 Campo Largo-PR bloco 03- Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Campo Largo, da S.M. Administração - Almoxarifado

5.3. Do recebimento dos produtos no seguinte horário:

das 08:00 as 11:00 e 13:00 as 16:00, de segunda à sexta

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo informado anteriormente, caso não possa o fornecedor deverá avisar com antecedência de **05 (cinco) dias corridos a secretaria solicitante**.

5.4.2. No caso de solicitações de troca de marca de produtos, deveram ser protocolados todas as informações necessárias, com uma justificativa bem elaborada e aceitável.

5.4.3. É possível aceitar a solicitação do fornecedor para substituir a marca/modelo dos produtos, desde que:

5.4.4. A marca ou modelo a ser substituto atenda a todas as condições do edital (existindo parecer da área técnica competente nesse sentido, ou ficha técnica do produto).

5.4.5. Que o recebimento da marca ou modelo substituto não implicará em qualquer ônus direto ou indireto para a Administração, não poderá haver alteração do **preço alcançado na licitação e o produto deverá ser de qualidade igual ou superior**.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução do contrato, a Contratada deverá disponibilizar os produtos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1 Os produtos deverão estar regulamentados pela ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no caso do papel higiênico este é isento.

5.6.2. A licitante deverá considerar em sua proposta todos os custos necessários para a efetiva prestação do serviço, incluindo todos os impostos, taxas, frete e custos de logística, entrega, descarregamento e todos os materiais necessários.

5.6.3. A demanda tem como embasamento legal a Lei 14.133, do dia primeiro de abril de 2021.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos produtos / serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.5. O Fiscal de contrato será o servidor designado para auxiliar o gestor do contrato na fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos da contratação, principalmente, mas não exclusivamente, realizando um acompanhamento direto, indicando possíveis problemas, realizando medições e atestando pagamentos.

6.6. A fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. Verificar se foi efetuado a entrega correta dos produtos pelos fornecedores, obedecendo os prazos mencionados, nas quantidades solicitadas e demais informações relacionadas.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A nota fiscal deverá ser emitida para conferência durante a entrega dos produtos, e a solicitação de pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após protocolo da nota fiscal, pelo fornecedor, via processo digital.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

Do recebimento

7.2. Os produtos serão devidamente armazenados no almoxarifado da Secretaria de Administração, conforme disponibilidade de espaço, o fornecedor deverá respeitar os horários e dias para realizar a entrega das mercadorias.

7.2.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, podendo ocorrer penalizações em caso de descumprimento das obrigações no contrato, com apoio do setor jurídico, por meio de notificações.

Liquidação

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias.

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. a data da emissão;

7.4.2. os dados do contratado e do órgão contratante;

7.4.3. o valor a pagar; e

7.4.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal / Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

Prazo de pagamento

7.6. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do protocolo digital da nota fiscal, estando a nota correta e o produto entregue conforme solicitado no empenho.

Forma de pagamento

7.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, lembrando que os dados deverão estar informados na nota fiscal em DADOS ADICIONAIS: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

7.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial (nota fiscal), de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.11. O pagamento somente será efetuado após entrega dos produtos, conforme demanda solicitada pelo contratante, seja por empenho ordinário ou estimativo.

Cessão de crédito

7.12. Não se aplica.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

8.2. Conforme o art. 72 – V da Lei nº 14.133/21 – DA CONTRATAÇÃO DIRETA, comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, sendo eles para a contratação citada:

8.3. Contrato Social com a última alteração e ou Estatuto;

8.4. Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal – INSS;

8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.6. Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

8.7. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.8. Certidão do FGTS;

8.9. Alvará de funcionamento;

8.10. Licença da Vigilância Sanitária;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.760,00 conforme custos unitários apostos na tabela acima.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do Orçamento do Município.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Código Reduzido: 128

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 01 – Diretoria de Administração

Ação: 2010 – Manutenção do Almoxarifado

Vínculo: 0 - Recursos Livres

Subelemento: 333903000000000000 – material de consumo

Campo Largo, 12 de Agosto de 2024.

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Secretaria Municipal de Administração

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

3.1 Objeto:

Dispensa de licitação para aquisição de papel higiênico institucional rolo de 300 metros, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Centro Administrativo, exceto Secretaria de Educação, Saúde e projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

1.2 Categoria do objeto:

material de limpeza e higiene.

1.3 Processo Administrativo:

47903/2024

2. NECESSIDADE

3.2 Descrição da necessidade (art. 18, §1º, I, NLLC):

A contratação de empresa para fornecimento de papel higiênico institucional (rolo de 300 metros) para a Secretaria Municipal de Administração do Município de Campo Largo, justifica-se a aquisição em face do registro de preços 44/2023 não estar vigente e não ter outro registro de preços vigente para realizar a compra; justifica-se considerando o prazo entre o pedido de nova licitação e sua homologação, e a necessidade de atender os centros administrativos da Prefeitura sendo este item essencial para a higiene pessoal dos usuários.

3.3 Secretaria requisitante:

Secretaria Municipal de Administração

3.4 Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, III, NLLC):

A empresa contratada deverá fornecer PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL(ROLÃO) DE 300 METROS, NEUTRO, MACIO, BRANCO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO MEDINDO: 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES. MATERIAL HIDROSSOLÚVEL (SOLÚVEL NA ÁGUA), 100% FIBRA VIRGEM, PACOTE COM 8 ROLOS. PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 15464-9/2010 E NBR 15134/2007. NÃO PODERÁ ESFARELAR DURANTE O USO, NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR DESAGRADÁVEL (NÃO CARACTERÍSTICO).

Deverá ter rapidez no atendimento da demanda da SM de Administração, garantindo o fornecimento de materiais de qualidade, embasados nos princípios da eficiência, qualidade e transparência

3. SOLUÇÃO

3.1 Levantamento de Mercado (art. 18, §1º, V, NLLC):

A Secretaria Municipal de Administração solicitou cotação de preços para diversas empresas, e teve retorno de três delas, KELLY MINIOLI, PAPEL MASTER SUL e NEW MAX DISTRIBUIDORA conforme orçamentos em anexo a este processo.

3.2 Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII, NLLC):

Após análise, a contratação da empresa através de dispensa de licitação, se mostrou a mais favorável, visto que supre a necessidade da Secretaria de Administração, referente a demanda para as respectivas secretarias do centro administrativo da Prefeitura Municipal, principalmente os banheiros públicos, onde a demanda será maior.

3.3 Estimativa das Quantidades a serem contratadas (art. 18, §1º, IV, NLLC):

Cód:	Produto	Unidade	Quantidade	Valor
99699	PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL(ROLÃO) DE 300 METROS, NEUTRO, MACIO, BRANCO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO MEDINDO: 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES. MATERIAL HIDROSSOLÚVEL (SOLÚVEL NA ÁGUA), 100% FIBRA VIRGEM, PACOTE COM 8 ROLOS. PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 15464-9/2010 E NBR 15134/2007. NÃO PODERÁ ESFARELAR DURANTE O USO, NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR DESAGRADÁVEL (NÃO CARACTERÍSTICO).	Pacote C/ 8	150	R\$ 5.760,00

As quantidades a serem adquiridas foram estipuladas, conforme levantamento pela média mensal do total de saídas já realizadas no sistema (IPM- Almoxarifado).

3.4 Estimativa do Valor da Contratação (art. 18, §1º, VI, NLLC):

A despesa total estimada da contratação é de R\$ 5.760,00 conforme orçamentos.

3.5 Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução (art. 18, §1º, VIII, NLLC):

O objeto não será parcelado, considerando a seguinte justificativa:

Considerando o quantitativo solicitado, não se faz necessário o parcelamento da contratação, sendo realizada em parcela única, com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias a contar da emissão da nota de empenho. Pois refere-se a um produto essencial que precisa ter sempre em estoque em grande quantidade, para atender a demanda do Almoxarifado para os centros administrativos da Prefeitura Municipal e não possui nenhuma quantidade em estoque atualmente.

3.6 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (art. 18, §1º, XI, NLLC):

Por se tratar de uma demanda específica, não há contratações correlatas e/ou interdependentes do presente objeto.

3.7 Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (art. 18, §1º, II, NLLC):

A presente contratação visa operacionalizar a aquisição de materiais Higiene e Limpeza, considerando que a mesma está prevista na LOA.

4. PLANEJAMENTO

4.2 Demonstrativos dos resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX, NLLC):

Rapidez no atendimento da demanda da SM de Administração, garantindo o fornecimento de materiais de qualidade, embasados nos princípios da eficiência, qualidade e transparência.

4.3 Providências a serem adotadas (art. 18, §1º, X, NLLC): I

Caberá ao contratante acompanhar, fiscalizar e avaliar o objeto da contratação.
Não há necessidade de capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização.

4.4 Possíveis Impactos Ambientais (art. 18, §1º, XII, NLLC):

O serviço não apresenta impacto ambiental.

5. VIABILIDADE

5.1 Declaração de Viabilidade (art. 18, §1º, XIII, NLLC):

Esta equipe de planejamento **declara viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.
Justificativa:

Informo que esta dispensa de licitação é significativa e de muita importância, devido tratar-se de um produto essencial para higienização dos usuários que fazem usos dos banheiros públicos e demais setores.

5.2 Responsável e pelo preenchimento deste ETP:

Jocinéia de Fátima Franco Batista

ANEXO III

Prefeitura do Município de Campo Largo
Campo Largo – PR
REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº. XX/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

....., inscrita no CNPJ nº, Inscrição Estadual nº..... por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº. **DECLARA**, para fins de participação na Dispensa Eletrônica nº xx/2024, sob as penas da lei que, até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Em de.....de 2024.

NOME DA EMPRESA:
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:
(mediante instrumento legal que demonstre esta condição)

OBS.: A DECLARAÇÃO DEVE SER EM PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO/CNPJ DA EMPRESA DECLARANTE

ANEXO IV

Prefeitura do Município de Campo Largo
Campo Largo – PR
REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº. XX/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

....., inscrita no CNPJ nº, Inscrição Estadual nº..... por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº. **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.**

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Em de.....de 2024.

NOME DA EMPRESA:
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:
(mediante instrumento legal que demonstre esta condição)

OBS.: A DECLARAÇÃO DEVE SER EM PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO/CNPJ DA EMPRESA DECLARANTE



ANEXO V

Prefeitura do Município de Campo Largo
Campo Largo – PR
REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº. XX/2024

DECLARAÇÃO DE ESTAR ABRANGIDA PELOS EFEITOS DA LEI 123/06 DE 14/12/2006 (ME e EPP)

....., inscrita no CNPJ nº, Inscrição Estadual nº..... por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº., para participação e com o objetivo de atender ao contido na Dispensa Eletrônica nº. **xx/2024**, **DECLARA**, para todos os fins de direito, que **cumprе os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, e que está habilitada a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida**, na condição de:

- ☐ Microempresa
☐ Empresa de Pequeno Porte
(Observação: assinalar a alternativa correspondente)

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Em de.....de 2024.

NOME DA EMPRESA:
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:
(mediante instrumento legal que demonstre esta condição)

OBS.: A DECLARAÇÃO DEVE SER EM PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO/CNPJ DA EMPRESA DECLARANTE

ANEXO VII

Prefeitura do Município de Campo Largo
Campo Largo – PR
REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº. XX/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

....., inscrita no CNPJ nº, Inscrição Estadual nº..... por intermédio de seu representante legal, Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº. **DECLARA**, na qualidade de proponente da Dispensa Eletrônica nº xx/24 supra, instaurado pelo município de Campo Largo, **não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.**

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Em de.....de 2024.

OBS.: A DECLARAÇÃO DEVE SER EM PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO/CNPJ DA EMPRESA DECLARANTE